

1997

TERRA
LIVRE

13

DOSSIÊ:

Os PCNs em discussão

ASSOCIAÇÃO
DOS GEÓGRAFOS
BRASILEIROS



DOSSIÊ:

Os PCNs em discussão

TERRA LIVRE nº 13, agosto, 1997
ISSN 0102-8030

TERRA LIVRE é uma publicação semestral da Associação dos Geógrafos Brasileiros. Os artigos expressam a opinião do(s) autor(s), não implicando, necessariamente, na concordância da Diretoria Executiva ou do Editor.

Editor Responsável: Douglas Santos
Ilustração da Capa: Alexandre Santos
Editoração Eletrônica: Itamar Rodrigues

Conselho Editorial:

Aldo Paviani, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Armem Mamigonian, Aziz Nacib Ab'saber, Beatriz Soares Pontes, Carlos Walter Porto Gonçalves, Gil Sodero de Toledo, Heinz Dieter Heidemann, Horicste Gomes, Lucas Batista Pereira, João Lima Sant'anna Neto, Odete Scabra, João Ferrão, Honácio Capel, Wanda Claudinos, José Borzachiello da Silva, José Willian Vesentini, Lylian Coltrinari, Manoel Fernandes Gonçalves Scabra, Manoel Correia de Andrade, Maria Lúcia Estrada, Milton Santos, Nelson Rego, Ruy Moreira, Samuel do Carmo Lima, Silvio Bray e Tomoko Iyda Paganelli.

Diretoria Executiva Nacional

Presidente: Antonio Thomaz Jr. (Presidente Prudente-SP)
Vice-Presidente: Gil Sodero de Toledo (São Paulo-SP)
1ª Secretária: Cláudia Victor Pereira (São Paulo-SP)
2º Secretário: João Batista de Deus (Goiânia-GO)
1º Tesoureiro: Renato Léda Miranda (Vitória da Conquista-BA)
2º Tesoureiro: José Eleno da Silva (Recife-PE)

Comissão de Publicação:

Anézio Rodriguez (Bauru-SP)
Marcos Antônio Campos Couto (São Gonçalo-RJ)
Douglas Santos (São Paulo-SP)
Lourenço Magnoni Júnior (Bauru-SP)
Charles da França Antunes (Niteroi-RJ)

Comissão de Meio Ambiente:

Valter Maestro (São Paulo-SP)
Ricardo Rachid (Mapuí-RJ)

Comissão de Geografia Física: Lucivânio Jatobá (Recife-PE)

Comissão de Ensino: Álvaro José de Souza, Núria Hanglei Cacete,
Luis Fernando de Freitas Camargo (Boutucatu-SP)

Comissão de Agrária:

Rosicleide Alves Moura (São Paulo-SP)
Iraci Gomes de Vasconcelos Palheta (São Paulo-SP)
Comissão de Assuntos Urbanos: Willian Rosa Alves'

Comissão de Intercâmbio e Assuntos Internacionais: Heinz Dieter Heidmann (São Paulo-SP)

Comissão de Assuntos Profissionais: Pedro Viana Guedes (Curitiba-PR)

Representantes CONFEA/CREAS:

Nelson Garcia Pedroso (São Paulo-SP)
Carlos Walter Porto Gonçalves (Niteroi-RJ)

AGB Nacional
Associação dos Geógrafos Brasileiros
Caixa Postal 64 525 - CEP 05497-970
Tel.: (011) 818-3758
<http://www.prudente.unesp.br/agb-nac/index.html>

Copyright © 1997 by AGB

EDITORIAL

A revista que estamos apresentando traz, como tema central, reflexões em torno dos PCNs. O que será que isso significa? Em que medida podemos afirmar que construir Parâmetros Curriculares pode, ou não, promover avanços e amadurecimento no ensino de nossa disciplina?

O posicionamento de nossa entidade - expresso no Encontro Nacional em Recife-PE em julho de 1996 - foi inequívoco: não cabe ao Estado a tarefa de definir, ou optar por, esta ou aquela linha pedagógica; não cabe ao Estado eleger como melhor uma determinada forma de se pensar a Geografia. A AGB, ao que me parece, não se contrapõe ao fato de que o Estado deve produzir e promover políticas públicas, mas, de uma maneira ou de outra, tais políticas não podem atingir ou colocar em questão a capacidade da sociedade civil definir suas próprias prioridades, elegendo caminhos conceituais que, a cada momento, possam lhes parecer mais convincentes ou efetivos.

Foi, naquele momento, possível se avaliar a qualidade dos PCNs? Para quem acompanhou os debates do Recife ficou muito claro que não. Aliás, tal avaliação mostrou-se secundária frente a uma questão de princípio e que envolve, efetivamente, os limites do poder de Estado.

Os debates do Recife mal haviam se acabado e já montávamos, nas dependências da PUC-SP um novo seminário. Ai, sim, procuramos avaliar qualitativamente os documentos apresentados pelo MEC, e os resultados foram suficientes para que, alguns dias depois, nos posicionássemos frente ao MEC e os representantes da ANPUH, numa reunião em Brasília.

E agora?

Agora apresentamos algumas reflexões em torno do tema e, como se verá, nenhuma delas expressa, claramente, o próprio posicionamento da Entidade. Critica-se os PCNs por suas incoerências e inconsistências, mas de maneira alguma se reflete sobre a pertinência de sua existência.

Tal fato deve nos levar, de imediato, a uma reflexão: nós, os sócios da AGB, não colocamos os posicionamentos de nossa própria entidade na nossa lista prioridades e é nesse sentido que procuramos chamar a atenção de todos para o fato de que é preciso, tomarmos nossas próprias deliberações como um parâmetro para nossas reflexões, já que esta é a única maneira de fortalecermos nossa entidade representativa. Isso, de maneira alguma quer dizer que devemos aceitá-las ou combatê-las por pressuposição. O que devemos fazer, efetivamente, é debatê-las.

Feito o apelo, nos cabe aqui mais uma ou duas observações. Os textos que ora apresentamos a público e que fazem parte do dossiê, não apresentam posicionamentos homogêneos frente ao tema. Cada um dos autores, para além das diferenças de estilo, escolheram caminhos diversos de reflexão e, se é que é possível encontrarmos alguma unanimidade, ela poderá ser resumida nos seguintes termos: a um distanciamento quase que insuperável entre as proposições do Estado e a realidade cotidiana das escolas brasileiras. Esta é a constatação, o que nos resta perguntar nesse momento é se tal posicionamento é suficiente.

Creemos, por fim, que vale tomar atenção em torno de cada um dos argumentos apresentados, consultar os próprios PCNs, debatê-los, criar mecanismos cada vez mais eficazes e coesos de respondermos a uma política que, levando em consideração nossas últimas deliberações, dão como verdade de Estado o que ainda queremos e temos o direito de discutir, isto é, como queremos ensinar, que temas são

mais ou menos importantes para nossos alunos, que visão de mundo deve permear nosso trabalho ou, em outras palavras, é preciso que deixemos claro nossa indignação fazendo e refazendo as velhas perguntas: com que direito o Estado pode definir o que é e o que não é uma verdade científica? Com que direito o Estado pode optar por uma corrente pedagógica e nos obrigar a aceitá-la como a melhor?

Por fim, algumas palavras em torno dos dois últimos artigos desta revista. Trata-se, como será fácil de se verificar, de temas e preocupações muito diferentes. No primeiro teremos uma reflexão mais geral em torno de nossas próprias raízes e, no segundo, uma análise sistemática da conjuntura política em que estamos vivendo. Como se vê, nesses vinte últimos anos, tanto o mundo, da forma como ele se apresenta a nós, quanto as ferramentas que usamos para analisá-lo têm, sistematicamente, dominado nossas preocupações. Este é o nosso caminho, esta é, ao que parece, a condição de construirmos e reconstruirmos nossa própria identidade.

Boas Leituras!

O editor

SUMÁRIO

9 O MEIO AMBIENTE NO ENSINO
FUNDAMENTAL
Helena Capetti Callai

20 MARCAS DE UMA POLÍTICA DE EXCLUSÃO
SOCIAL PARA A AMÉRICA LATINA
Prof. Luís Fernando de Freitas Camargo
Prof^a Maria Regina Fortunato

30 PCN's: FUTEBOLISTAS E PADRES SE
ENCONTRAM NUM BRASIL QUE NÃO
CONHECEMOS
Nestor André Kaercher

42 RATZEL: RELEITURAS CONTEMPORÂNEAS.
UMA REABILITAÇÃO?
Marcos B. de Carvalho

61 ECONOMIA E TERRITÓRIO SOB A ÓTICA DO
ESTADO AUTORITÁRIO (1964 - 1970)
Beatriz Maria Soares Pontes